

Relator incluiu 'jabutis do bem' na LDO

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

As mudanças feitas pelos parlamentares na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, durante votação do Congresso Nacional na madrugada de ontem, não retiraram integralmente os controles sobre a trajetória das despesas obrigatórias da União no próximo ano. Com a ajuda dos consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado, o relator do projeto de lei da LDO, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), incluiu no texto alguns dispositivos - que estão sendo chamados na área técnica de "jabutis do bem" - e que passaram despercebidos da maioria dos parlamentares.

O artigo 109-A, por exemplo, que foi mantido no texto, estabelece que uma despesa obrigatória sujeita ao teto de gasto só poderá ser criada em 2019 se outra despesa obrigatória em montante equivalente for cancelada.

Com este comando geral, explicaram os técnicos ao Valor, reajustes salariais ou a criação de cargos ou funções poderão até ser

propostos, mas quem o fizer terá que indicar qual despesa obrigatória será cortada para compensar o novo gasto.

Assim, de nada adiantou os parlamentares suprimirem do texto da LDO o artigo 92-A, que proibia a aprovação de projeto de lei e a edição de medida provisória relativos a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções na administração federal. Como essas são despesas obrigatórias, explicaram as fontes, se elas forem criadas, terão que ser compensadas com o cancelamento de outras.

O parágrafo primeiro do artigo 110, outro dispositivo incluído na LDO pelo relator, veta a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, "exceto a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo 10% ao ano".

Além disso, o ato que prorrogar os incentivos terá que vir

acompanhados dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, bem como da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação.

Os técnicos de Orçamento deram pouca importância à derrubada pelos parlamentares do artigo do parecer do relator que previa a redução de 5% das despesas de custeio administrativo no próximo ano, na comparação com o gasto deste ano. A razão é que a despesa de custeio é discricionária e o governo pode cortá-la quando quiser e quando for necessária, pois não existe impedimento legal para isso.

Os analistas de Orçamento consultados pelo Valor consideram que a LDO aprovada, mesmo com todas as mudanças feitas de última hora pelos parlamentares, garantiu um "armamento jurídico" sólido para o próximo governo conter o avanço das despesas obrigatórias e as renúncias de receitas. Se o próximo governo quiser, mesmo assim, aumentar as despesas obrigatórias, sem cancelar outras, terá que enviar um projeto de lei ao Congresso propondo mudanças na LDO.

Supremo pede ao Congresso para tirar proibição de reajuste de servidor do texto

Por Luísa Martins, Isadora Peron, Fabio Graner e Vandson Lima | De Brasília

A decisão do Congresso Nacional de retirar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 a proibição de reajustes para servidores públicos e a redução linear do custeio administrativo atendeu não só a pressão direta do funcionalismo público e do calendário eleitoral, mas também do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). A presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, enviou ofício ao Legislativo com nota técnica contrária aos dois dispositivos que buscavam colocar mais um freio em despesas, ajudando no esforço de viabilizar o teto de gastos.

A nota do STF afirma que vedações a provimento de cargos, concessões de vantagens e aumentos de salário destoavam, da forma descrita no relatório, das regras estabelecidas pela Constituição para a redução de despesas. A visão é que o dispositivo excluído no

plenário poderia dar a entender que os cargos e as funções comissionadas que vagarem durante o ano que vem não poderiam ser preenchidos. "A vedação do provimento, mesmo de cargos vagos quando antes ocupados, pode conduzir a dificuldades na renovação dos quadros da administração pública", diz o ofício.

Sobre a redução de custos administrativos como luz, telefone e diárias, o parecer enviado por Cármen também cita o teto. A nota afirma que a emenda estabeleceu uma regra de transição para que fosse permitida a execução orçamentária acima do limite até 2019 - e que uma lei ordinária como a LDO não poderia restringir essa transição.

Ao apresentar a nota, Cármen afirma a Eunício que, diante da "grave crise econômica do país", algumas medidas inseridas no relatório da CMO poderiam ter "impacto negativo e duvidosa legitimidade constitucional", sendo necessário atenção especial. "A presente nota

técnica é um estudo que poderá auxiliar neste cuidado." O Judiciário tem sido um dos focos de pressão de gasto com pessoal, uma das rubricas mais pesadas do Orçamento.

Ao derrubar o dispositivo LDO, o Congresso deixou em aberto mais um elemento de risco para a viabilidade do teto de gastos nos próximos anos, ainda que outros mecanismos (como mostra reportagem acima) reduzam esses potenciais problemas. É de conhecimento do mercado e do governo que o dispositivo que limita o crescimento da despesa da União à inflação a cada ano fica mais difícil de ser cumprido, sem a efetivação da reforma da Previdência e sem uma contenção do gasto com funcionalismo.

E a retirada da restrição sugerida pelo relator, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), só piora esse cenário de restrição. Em 2019, já se espera grande dificuldade para o governo fazer investimentos e ter outras despesas discricionárias, dado que





o crescimento de despesas obrigatórias, notadamente Previdência e pessoal, forçará uma redução estimada em R\$ 30 bilhões nos gastos sob os quais o governo tem efetivo controle, já altamente comprimidos.

Em nota produzida pelas consultorias da Câmara e do Senado para subsidiar a tramitação do PLDO de 2019, essa questão foi abordada. "A aplicação do teto de gastos tende a comprimir fortemente as despesas discricionárias, a ponto de que, mantida a legislação atual, em 2021 já não haveria sequer recursos suficientes para manter o funcionamento de órgãos e de serviços públicos".

O material apontava que esse cenário de acentuada restrição da despesa tem direta relação com o teto de gastos, pois a ampliação da receita, resultado da volta do crescimento econômico, não mais

viabilizará a ampliação da despesa, cuja expansão agora se encontra limitado constitucionalmente.

"Dessa maneira, sob a égide do novo regime, não restaria alternativa senão aprofundar cortes em outras despesas obrigatórias, decisão que depende fundamentalmente do Poder Legislativo, para viabilizar o funcionamento do governo federal nos próximos anos", acrescentou o texto das consultorias do Congresso. E o histórico recente e a pressão do STF no ofício enviado a Eunício só reforçam essa leitura.

O artigo que proibia novos reajustes, embora pudesse vir a ser modificado por outro projeto de iniciativa do novo governo ou do Congresso, era uma proteção a mais, um reforço na necessidade de contenção do gasto com servidores, cuja previsão é de alta de R\$ 19,4 bilhões no ano que vem, para R\$ 321,9 bilhões. Além disso, a

Previdência, crescerá outros R\$ 43 bilhões em 2019. No cenário do PLDO, esses dois conjuntos de gastos continuarão se expandindo até 2021 e era isso que a proibição de novos reajustes e contratações ajudaria a conter.

Uma das inovações fiscais preservadas pelos parlamentares no texto final da LDO foi em relação aos incentivos fiscais concedidos pelo governo. A lei aprovada prevê um plano para conduzir, em 10 anos, à redução pela metade das atuais renúncias fiscais, como proporção do PIB. "Essa nossa diretriz é motivada pelos extraordinários valores que as renúncias fiscais alcançaram nos últimos anos. O montante atual, somente na União, gira em torno de R\$ 300 bilhões anuais, o que representa algo como 20% da arrecadação federal, ou 4% do nosso PIB - o dobro da média mundial", apontou Beber.

De olho nas urnas, parlamentares votam para liberar gasto

Por Fabio Murakawa, Raphael Di Cunto e Estevão Taiar | De Brasília e São Paulo

O Congresso Nacional aprovou nos últimos dias uma série de medidas que visaram mais angariar votos do que a responsabilidade com as contas públicas, impondo derrotas a um governo já fragilizado pela baixa popularidade e com o presidente em fim de mandato.

Por sua vez, temas de interesse do Palácio do Planalto, como a cessão onerosa da Petrobras, regras para distrato imobiliário e o cadastro positivo, ficaram para o segundo semestre, o que levou aliados do presidente Michel Temer a comemorarem o início das férias dos parlamentares.

"Graças a Deus é recesso", brincou o deputado Beto Mansur (MDB-SP), vice-líder do governo.

Durante a greve dos caminhoneiros, o Congresso tentou tomar a dianteira da crise e aprovou, apesar dos alertas da equipe

econômica, um subsídio de R\$ 12 bilhões ao óleo diesel dentro de um projeto que gerava menos de R\$ 3 bilhões em receitas de contrapartidas. A proposta forçou o governo a editar, dias depois, medida provisória (MP) com o subsídio.

Outras duas demandas dos caminhoneiros também foram usadas pelos parlamentares - e pelo setor de transportes - para conquistar benefícios. O marco legal do transporte de cargas, hoje em discussão no Senado, incluiu possibilidades de desonerações tributárias, anistias de infrações e aumento da pontuação limite para motoristas de caminhão perderem a carteira de habilitação.

Já a MP do frete rodoviário foi encaminhada à sanção presidencial com artigos que anistiam as punições por descumprimento da própria medida provisória e as multas de quase R\$ 1 bilhão aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) às empresas acusadas de praticar locaute (greve a mando dos patrões, o que é ilegal).

O governo sequer tentou mobilizar sua base aliada e deixou a Câmara livre para aprovar o que queria às vésperas da eleição.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), jogou ontem nas costas do Planalto a responsabilidade pela aprovação de projetos que aumentam gastos. "Eu vi uma certa crítica dizendo que o Congresso Nacional aprovou Refis, tirou dinheiro daqui, fez isso, fez aquilo...", disse Eunício. "Todas as matérias no que se refere a anistia ou aumento de gastos ou Refis vieram do Executivo, não nasceram no Parlamento."

Apesar da fala de Eunício, várias iniciativas passaram pelo Congresso presidido por ele nos últimos dias a contragosto do governo.

Um desses casos foi a aprovação de "jabuti" na MP que regulamentava as carreiras de agentes comunitários de saúde para aumentar em 53%, em três anos, o salário base dessas categorias. Para beneficiar 350 mil agentes, o Congresso impôs um gasto extra de R\$ 2,1 bilhões por ano





aos cofres públicos.

Em troca de aprovar a proposta que viabiliza a venda de seis distribuidoras de energia deficitárias da Eletrobras, o governo cedeu a emendas da base e da oposição para ampliar a gratuidade das contas de luz para a baixa renda. Outros "jabutis" entraram no projeto para repassar custos das empresas de energia para os consumidores.

No apagar das luzes antes do recesso, deputados votaram, simbolicamente, emenda para liberar as nomeações de dirigentes partidários e parentes em cargos de direção de empresas estatais e de agências reguladoras. O projeto foi aprovado conclusivamente numa comissão especial da Câmara e será enviado direto ao Senado se não houver recurso.

O Congresso aprovou ainda, nesta última semana de trabalho, o projeto que manteve os benefícios tributários para a indústria de refrigerantes da Zona Franca de

Manaus. A votação, na terça-feira, anula a iniciativa que foi parte da solução encontrada pelo governo em junho para financiar a redução de R\$ 0,46 no litro do diesel prometida aos caminhoneiros, então em greve. O governo estimou o impacto anual dessa medida em cerca de R\$ 1,9 bilhão.

Também contra a orientação do governo, o Senado aprovou no mesmo dia projeto que permitirá o retorno de até 312 mil empresas ao Simples Nacional. Antes disso, o Congresso já havia derrubado o veto do presidente ao Refis das Microempresas.

Fechando o recente circuito de medidas consideradas perdulárias, deputados e senadores derrubaram na noite de anteontem os principais mecanismos para a contenção de gastos que haviam sido incluídos no projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Dentre eles, a proibição à concessão de reajustes e criação de cargos para servidores públicos.

Economistas criticam as propostas em um momento de grande fragilidade fiscal. "A gente vive um momento fiscal grave, que o Congresso não parece entender", diz também Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas. Para ele, isoladamente alguma dessas medidas podem fazer sentido, "mas o conjunto mostra que não há compromisso da Câmara e do Senado com o ajuste fiscal".

Mauricio Oreng, economista-chefe do Rabobank, afirma que as propostas vão na "direção contrária à consolidação fiscal" que faria a economia voltar a crescer de forma sustentada. Ainda assim, o impacto orçamentário dessas medidas "parece de segunda ordem" e não ameaça, por exemplo, o cumprimento da meta de resultado primário. Ele calcula um déficit do governo central de R\$ 151 bilhões neste ano e de R\$ 133 bilhões no ano que vem. Ambos os números são menores do que as metas de R\$ 159 bilhões e R\$ 139 bilhões, respectivamente.

Mais despesas

Estimativas aproximadas para possíveis custos fiscais em 2019

Medida	Valor (R\$ bilhões)
Aumento salarial para agentes de saúde	2,1
Incentivos para o setor de refrigerantes	2
Compensação aos Estados pela desoneração de ICMS sobre exportações	39
Benefícios para transportadoras	9
Financiamento de precatórios estaduais e municipais	2,5
Venda direta de etanol para postos	2,4
Benefícios para Sudene, Sudam e Sudeco	6

Fontes: Dados compilados pelo Valor e Itaú Unibanco

Decisão sobre LDO abre espaço para pressão por reajuste salarial

Entidade de servidores federais calcula que 1 milhão poderia se beneficiar

BÁRBARA NASCIMENTO,
MÔNICA PEREIRA E NELSON
LIMA NETO

-BRASÍLIA E RIO- A mudança feita no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), aprovada no Congresso no início da madrugada de ontem, que suspende a proibição de reajustes salariais no funcionalismo, abre espaço para que servidores públicos federais aproveitem o novo governo para fazer pressão por mais aumentos e concursos. Mas, para a atual equipe econômica, a alteração feita pelos parlamentares não muda o fato de que não há espaço no Orçamento para novos gastos.

Os técnicos afirmam que será difícil, com a atual situação de aperto nas contas públicas, que o próximo governo encontre recursos para negociar aumentos para o funcionalismo. — Autorização não é obrigação — disse uma fonte da equipe econômica.

A ideia, inclusive, é tentar adiar novamente os reajustes já previstos, uma conta de pelo menos R\$ 4,4 bilhões para 2019. O governo pretende enviar uma medida provisória (MP) adiando os aumentos já acordados com 253 mil servidores. O texto deve ser enviado ao Congresso depois das eleições, já que, antes, os parlamentares não vão querer se indispor com o funcionalismo.

INCONSISTÊNCIA TÉCNICA

A questão é se a MP vai adiante. O governo havia tentado adiar os aumentos de 2018 e 2019, mas a medida não avançou no Congresso e perdeu a validade. A pressão será forte. Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), cerca de 300 mil servidores federais já vêm recebendo a correção salarial em parcelas. Agora, outras carreiras poderão ser beneficiadas, totalizando 1,050 milhão de funcionários públicos.

— Há categorias como PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder

Executivo), Tecnologia Militar (Marinha, Exército e Aeronáutica), Trabalho e Previdência, Saúde e Tecnologia que ainda não foram atendidas. O guarda-chuva dos que poderiam ser beneficiados agora é enorme — disse Sérgio Ronado da Silva, secretário-geral da Condsef. Segundo a entidade, os servidores perderam 24% de seu poder de compra entre 2010 e 2018.

Mas Márcio Costa, diretor da Pública Central do Servidor, ressalta que o fato de haver a possibilidade de conceder aumentos não significa que eles ocorrerão: — O reajuste não se dá porque queremos. A questão passa pelo Orçamento. A iniciativa de envio de projetos de lei sobre reajustes é dos próprios Poderes. A equipe econômica alerta ainda para uma inconsistência técnica no PLDO.

Ao inserir o artigo que proibia reajustes, o relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), retirou do texto o dispositivo que autorizava a revisão de remunerações. Ao derrubar a proibição de reajustes, os parlamentares não refizeram o texto. Da forma como ficou, ele não proíbe nem autoriza aumentos salariais.

Para alguns, aumento já garantido

Mesmo que não houvesse mudança no PLDO, algumas categorias não seriam afetadas. Em 2015, o governo federal concordou em reajustar salários, parcelando os pagamentos entre 2016 e 2019. No fim do ano passado, o governo até tentou, por meio da medida provisória (MP) 805, adiar as parcelas devidas em 2018 para 2019.

O Supremo Tribunal Federal, no entanto, afirmou que a MP era inconstitucional. Foram contemplados auditores fiscais da Receita e do Ministério do Trabalho, médicos peritos do INSS, delegados, peritos criminais, agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal e peritos agrários do Incra. Também se beneficiaram analistas técnicos de infraestrutura e de políticas sociais, além de trabalhadores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e da Polícia Rodoviária Federal. Seriam 300 mil no total, segundo a Condsef.

(Mônica Pereira e Nelson Lima Neto)

Governo fará ‘mutirão’ para pautas de ajuste

Objetivo é votar projetos que visam ao equilíbrio das contas públicas

-BRASÍLIA- Depois do avanço de projetos que desagradaram à equipe econômica, o governo se organiza para barrar pautas bomba e passar projetos de seu interesse. Apesar do período eleitoral, Palácio do Planalto e Legislativo negociam pelo menos três semanas de “mutirão” de votações em agosto e setembro, antes das eleições. A equipe econômica já tem uma lista de projetos que tentará aprovar, como uma nova tentativa de alterar a tributação de fundos exclusivos até a mudança na forma de enquadramento de empresas do Simples Nacional.

A proposta que altera a tributação de fundos de investimento exclusivos — aqueles voltados para grandes investidores — deve ser enviada ao Legislativo em agosto. A medida,

que tornaria a cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos semestrais, tem potencial de gerar R\$ 10 bilhões para os cofres públicos. Quanto à mudança no Simples, a ideia é fazer uma checagem a cada 30 dias para ver se o faturamento ultrapassa o limite mensal permitido, atualmente de R\$ 400 mil.

Ou seja, uma empresa que fechar um grande contrato, em um único mês, poderá ter de pagar impostos fora do regime especial. Mas não seria retirada do Simples. Hoje, a checagem é anual, e quem passa o limite de R\$ 4,8 milhões no ano é excluído do sistema. O governo teria ainda de tentar conter projetos como a suspensão da mudança na tributação do xarope de refrigerantes, que deve acarretar uma conta de R\$ 740 milhões.

(Bárbara Nascimento e Geralda Doca)

Pilhagem do erário

Enquanto o governo Michel Temer (MDB) chega aos estertores, deputados e senadores atacam os despojos do Orçamento.

Desprovidos de senso de responsabilidade e contando com omissão ou ajuda do Executivo, os parlamentares põem em risco a tênue recuperação da economia para prestar vassalagem a grupos de interesse e abastecer suas sinecuras.

Nos últimos dias, em meio à Copa do Mundo e às vésperas das campanhas, avançou todo tipo de projeto destinado a reduzir receitas e elevar despesas —sem que as Excelências se dignem a esclarecer como as contas deste e dos próximos anos serão fechadas.

Não se pense que grandes prioridades nacionais movem as votações. Na terça-feira (10), por exemplo, o Senado aprovou texto que restabelece benefícios fiscais para o setor de refrigerantes, ao custo de R\$ 1,8 bilhão por ano.

Espantoso é que os tais benefícios foram eliminados, por decreto presidencial, para compensar parte das concessões perdulárias negociadas durante a paralisação dos caminhoneiros, em maio.

Foi também sob o impacto do movimento paredista que a Câmara aprovou um marco regulatório para o transporte rodoviário, nome pomposo para subsídios

tributários de R\$ 9 bilhões anuais.

A desfaçatez dos deputados atinge o ápice, porém, na manobra contra a regra que impede a nomeação de políticos e seus parentes para cargos nos conselhos de administração de empresas estatais.

Há desatinos mais caros em tramitação, infelizmente. No caso mais absurdo, uma comissão mista do Congresso aprovou proposta que determina repasses anuais de R\$ 39 bilhões da União aos estados, como contrapartida de uma desoneração de exportações promovida há mais de duas décadas.

Convém dar perspectiva às cifras. Estima-se que o Tesouro Nacional vá dispor, neste 2018, de uma receita de R\$ 1,2 trilhão. Os gastos já previstos, entretanto, superam esse montante em R\$ 159 bilhões —sem contar os encargos de uma dívida pública em alta galopante.

Todo aumento de despesa ou perda de arrecadação, portanto, resulta em endividamento adicional ou corte de outras dotações orçamentárias. O ajuste fica ainda mais difícil se for mantida a programação de reajustes salariais a servidores.

A pilhagem do erário em curso, por sinal, não tem merecido mais que um silêncio covarde, oportunista ou cúmplice da maioria dos ditos presidencialistas, candidatos a gerir a ruína nos próximos anos.

Novo presidente inicia gestão como gasto extra de R\$ 68 bi

Imperícia fiscal de União, estados, municípios e Congresso engrossam a conta

Maeli Prado, Bernardo Caram e Laís Alegretti

Entre projetos que tramitam às pressas no Congresso e medidas de contenção de gastos que a equipe econômica não conseguiu aprovar, pode ser empurrado para o próximo presidente da República uma conta de R\$ 68 bilhões apenas em 2019. O montante supera os R\$ 45 bilhões que a União gasta todos os anos com o funcionamento da máquina pública.

Além de pautas legislativas que implicam em queda expressiva na arrecadação de impostos, nessa soma estão despesas que o próprio governo criou e depois não teve força política para reverter, como o reajuste salarial a servidores no ano que vem.

A situação preocupa a equipe econômica pois, em 2019, as despesas que o governo está

autorizado a manejar poderão somar cerca de R\$ 100 bilhões. Mais de 90% dos gastos do Orçamento são obrigatórios.

Dentro desse valor, que já é o menor em uma década, estão gastos quase obrigatórios com o custeio básico da máquina pública, como água, telefone, energia e aluguel de imóveis. Somente essas despesas somam aproximadamente R\$ 45 bilhões por ano.

A facilidade de tramitação no Congresso das pautas-bomba, como são chamados os projetos com alto impacto sobre o Orçamento, está relacionada com a aproximação do fim de um governo altamente impopular, sem força para barrar avanços de setores da indústria ou mesmo unidades da federação.

Para serem aprovados, esses projetos contaram inclusive com o voto de partidos aliados ao Palácio do Planalto. Na sessão do Congresso desta quarta-feira (11), por exemplo, siglas da base

contribuíram maciçamente para permitir o reajuste salarial a servidores no ano que vem.

Na votação, nenhum partido aliado seguiu a determinação do governo de orientar a favor do congelamento de salários. Com aval do líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), apenas 11 dos 26 deputados do MDB votaram pela proibição.

Se confirmado, o maior golpe entre as pautas-bomba virá de um projeto de lei que obriga a União a transferir, todos os anos, R\$ 39 bilhões a Estados e Distrito Federal como uma compensação pela não incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre parte das exportações.

O projeto foi aprovado em comissão mista e segue para votação em plenário. A aprovação é considerada improvável mas não impossível, de acordo com pessoas que acompanham as conversas.





Outra pauta delicada é o novo marco regulatório para o setor de transporte de cargas, aprovado pela Câmara no mês passado em meio à pressão da paralisação dos caminhoneiros. Somente em 2019, a Receita deixaria de arrecadar cerca de R\$ 9 bilhões.

Nesta semana, o Senado ainda reverteu uma medida do governo que reduziu a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre concentrados de refrigerantes de 20% para 4% para tentar reduzir a geração de créditos fiscais para o setor.

Quanto menor a alíquota, menos créditos para abater outros impostos são gerados pelo setor. A medida agora segue para aprovação na Câmara dos Deputados, e terá um impacto de R\$ 1,78 bilhão por ano a partir do ano que vem.

Em termos de perda de arrecadação, dois outros projetos devem ter impacto em 2019: o Refis do Simples e o Refis do Funrural, que facilitam o parcelamento tributário de dívidas de pequenas e médias empresas e do agronegócio, respectivamente.

A Receita não informou a perda de arrecadação com as duas pautas no ano que vem. A armadilha fiscal aparece também do lado dos gastos.

A dotação para um reajuste salarial de servidores, por exemplo, só será definida na LOA (Lei Orçamentária Anual), que define os valores do Orçamento. Mas segundo a Folha apurou, o impacto pode ser de R\$ 11 bilhões.

Também às pressas, foi aprovado o reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde. Ainda não há cálculo do impacto da medida, que foi aprovada sem a indicação de uma receita compensatória, como prevê a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Outro ponto que preocupa a Fazenda é que, no ano passado, o Congresso incluiu um dispositivo em uma emenda constitucional que obriga a União a subsidiar o pagamento de precatórios de Estados e municípios.

Entre as medidas recentes com efeito significativo sobre o Orçamento, em tramitação ou que já foram aprovadas estão: a ampliação de benefícios fiscais regionais para o Centro-Oeste (R\$ 3 bilhões em 2019), transferência de servidores do Amapá, Rondônia e Roraima à União (R\$ 2 bilhões ao ano) e a permissão para venda de etanol diretamente aos postos (R\$ 2,4 bilhões).





AS PRINCIPAIS PAUTAS-BOMBA DO CONGRESSO

Compensação da União aos estados pela desoneração do ICSM à exportação

IMPACTO: R\$ 39 bilhões por ano

O PROJETO: Obriga a União a transferir, todos os anos, R\$ 39 bilhões a estados e DF como uma compensação pela não incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as exportações de bens primários semielaborados e operações entre entes da federação que são destinadas à industrialização e comercialização.

TRAMITAÇÃO: Aprovado em comissão mista, segue para apreciação nos plenários da Câmara e Senado

Benefício para transportadoras

IMPACTO: R\$ 9 bilhões por ano

O PROJETO: O texto prevê que as transportadoras possam retirar da base de cálculo de impostos uma parcela dos seus custos operacionais. As empresas que aderirem a um plano de renovação de frota serão isentas de PIS/ Cofins e IPI na compra de caminhões. O valor pago em pedágios pelas empresas ainda poderia ser abatido do Imposto de Renda.

TRAMITAÇÃO: Aprovado na Câmara, segue para o Senado

Refis do Funrural

IMPACTO: R\$ 13 bilhões em 2018

O PROJETO: Prevê o parcelamento tributário das dívidas do agronegócio com o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural).

TRAMITAÇÃO: O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado.

Refis do Simples

IMPACTO: R\$ 7,8 bilhões

O PROJETO: Prevê o parcelamento tributário de dívidas das pequenas e médias empresas que recolhem impostos pelo Simples.

TRAMITAÇÃO: O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado

Revogação do benefício para refrigerantes

IMPACTO: R\$ 1,78 bilhão

O PROJETO: O Senado reverteu a medida do governo que reduziu a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre concentrados de refrigerantes de 20% para 4%. Quanto menor a alíquota, menos créditos fiscais para abater outros impostos são gerados pelo setor.

TRAMITAÇÃO: O Senado reverteu a medida, e agora o projeto segue para a Câmara.

Manutenção do reajuste salarial a servidores

IMPACTO: R\$ 11 bilhões

DO QUE SE TRATA: O relatório da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) previa que o reajuste dos servidores não fosse concedido no ano que vem. Mas esse ponto foi derrubado no Congresso. A dotação para esse reajuste só será definida na LOA (Lei Orçamentária Anual).

TRAMITAÇÃO: A vedação ao Reajuste foi derrubada pelo Congresso

Tesouro deve financiar juros de precatórios de estados e municípios

IMPACTO: Não calculado

DO QUE SE TRATA: Quando o Congresso aprovou uma emenda constitucional no final do ano passado, incluiu um artigo que obriga a União a subsidiar o pagamento de precatórios de estados e municípios.

TRAMITAÇÃO: A emenda foi aprovada pelo Congresso; a equipe econômica avalia como acomodará essa despesa

Reajuste para agentes comunitários de saúde

IMPACTO: Não estimado

DO QUE SE TRATA: O Congresso aprovou o reajuste do piso salarial para agentes comunitários de saúde. Pela proposta, que segue para sanção presidencial, o piso passa de R\$ 1.014 para R\$ 1.500 até 2021.

TRAMITAÇÃO: O projeto foi aprovado pelo Congresso

OUTRAS MEDIDAS

- Ampliação de benefícios fiscais regionais para o Centro-Oeste (R\$ 9 bilhões até 2020);

- Transferência de servidores do Amapá, Rondônia e Roraima para a União (R\$ 2 bilhões ao ano)

- Permissão para venda de etanol diretamente aos postos de gasolina (R\$ 2,4 bilhões)

Fazenda estima que TCU pode conter farra fiscal

Uma espécie de dobradinha entre Ministério da Fazenda e TCU (Tribunal de Contas da União) pode reverter a farra fiscal aprovada pelo Congresso Nacional, assegura um integrante da equipe econômica.

Como uma espécie de lembrete aos congressistas mais afoitos com a possibilidade de elevar gastos, essa fonte lembra que alinha de crédito para estados e municípios pagarem precatórios chegou a ser aprovada no fim do ano passado, mas até hoje espera para ser implementada.

A leitura é que uma postura mais dura adotada pelo TCU de uns anos para cá tem ajudado a dar tranquilidade à equipe para dizer não a essas tentativas de aprovar aumentos de gastos sem receita correspondente.

Se algo desse tipo for aprovado pelo Congresso, assegura, o tribunal será acionado para exigir a compensação do impacto financeiro.

Entre os membros da equipe econômica há ainda a percepção de que o tempo corre a favor da contenção de gastos, já que boa parte das medidas não deve ser aprovada antes das eleições.

Além disso há a leitura de que o próximo governo pode ser um aliado importante a partir de outubro, pois

uma parte expressiva do impacto fiscal ficará para os próximos anos, portanto na conta de quem for eleito em outubro.

O discurso é que isso poderia aumentar muito o custo do ajuste fiscal, o que significaria, por exemplo, uma alta da carga tributária — possibilidade sempre lembrada, em especial quando o objetivo é arregimentar apoio contra mais gastos fiscais.

Um último ponto lembrado por um integrante da equipe econômica é um artigo da emenda 95, a do teto de gastos, segundo a qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.”

A maior parte das medidas já aprovadas no Congresso não está respeitando o artigo, diz essa fonte.

Se a equipe econômica vai mesmo conseguir barrar todas as proposições de um Congresso que, em ano eleitoral, parece ter se esquecido de eventual compromisso com a responsabilidade fiscal, não se sabe.

Para alguns especialistas, no entanto, embora seja inegável o risco fiscal que representa boa parte das

medidas, o perigo alardeado pode estar superdimensionado.

A controvérsia maior repousa sobre os cerca de R\$ 40 bilhões referentes à Lei Kandir — a compensação aos estados pela desoneração do ICMS nas exportações.

A compensação é considerada uma ameaça às contas públicas, mas não necessariamente uma pauta-bomba, já que todo ano há discussões em torno do valor devido pela União aos estados e essa indefinição, dizem economistas, acaba sendo usado como barganha política.

Mais sensato, seria encomendar um estudo a um dos órgãos técnicos ligados ao governo, que apontasse o resultado líquido das desonerações e se realmente há algum valor a recompor.

Também não é possível ser encarada como pauta bomba — no sentido de uma estratégia que pega o governo de surpresa, sem negociação — a migração de servidores de ex-territórios, como Roraima e Rondônia, para o quadro federal. A medida foi resultado de MP (Medida Provisória) do próprio governo.

Pautas são todas de Temer, afirma Eunício

O presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou nesta quinta-feira (12) que todos os projetos que têm provocado aumento das despesas do Orçamento foram enviados ao Legislativo pelo governo Michel Temer.

Nos últimos meses, o Congresso aprovou matérias de forte impacto no Orçamento e deixou de apreciar propostas que têm o objetivo de reduzir os gastos do governo.

“Todas as matérias que se referem a anistia, a aumento de gastos e a Refis (refinanciamento de dívidas com desconto ao devedor) vieram do Executivo, não nasceram no Parlamento”, afirmou Eunício.

Muitas das propostas, porém, chegaram ao Congresso e sofreram mudanças ao longo da tramitação que acabaram provocando aumento das despesas.

“É próprio do Parlamento emendar, mudar a Constituição, fazer lei, modificar lei. Eu saio daqui com muita tranquilidade de que fizemos o que era possível”, completou o presidente do Congresso.

Governo cortará projeção de alta do PIB para 1,6%

O governo vai reduzir sua projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2018 de 2,5% para 1,6% do PIB (Produto Interno Bruto).

A mudança será feita oficialmente durante a divulgação do relatório de receitas e despesas do governo, que será publicado na próxima semana.

A informação foi antecipada pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo.

Analistas de mercado ouvidos pelo Banco Central no boletim Focus esperam uma alta de 1,5%. Há quatro semanas, essa expectativa era de 1,9%.

No fim do mês passado, o BC também diminuiu sua projeção para a expansão da atividade econômica neste ano para 1,6%.

A autoridade monetária atribuiu a mudança à perda de ritmo da recuperação, à estagnação da confiança de empresas e consumidores na economia e à paralisação dos caminhoneiros.

O BC revisou para baixo o desempenho esperado da indústria, comércio e serviços e consumo.

Previdência empaca na Câmara e preocupa Covas

Legislativo não formou grupo para estudar tema; gestão quer reforma em 2018 e, sem ela, calcula perder R\$ 80 mi por mês

Guilherme Seto

Projeto prioritário e um dos mais polêmicos da gestão tucana em São Paulo, a reforma da previdência paulistana empacou na Câmara Municipal, o que tem causado apreensão na gestão Bruno Covas (PSDB), que planejava colocar as mudanças em marcha ainda em 2018.

Segundo cálculo da prefeitura, cada mês sem a reforma tem um impacto de R\$ 80 milhões nos cofres municipais — dinheiro suficiente para construir ao menos 16 creches.

Em uma derrota política de João Doria (PSDB) antes de ele sair da prefeitura para disputar o governo paulista, os vereadores decidiram não submeter o projeto a votação no final de março deste ano.

Após forte pressão dos servidores, que ficaram em greve por mais de 20 dias e fizeram manifestações com milhares de pessoas na sede do Legislativo, o presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), em acordo com os vereadores da base de apoio da gestão tucana, anunciou que o texto sairia da pauta durante 120 dias.

Nesse período, seria constituída uma comissão de estudos da reforma da previdência. Segundo pronunciamento de Leite, ela teria a participação de “diferentes lideranças” e sindicatos. O presidente da Câmara disse que os 120 dias seriam usados para melhorar os estudos e construir um texto “de comum acordo”.

No entanto, desde a retirada do projeto da pauta, em 27 de março, nada aconteceu. Não houve nem ao menos a formação do grupo de estudos na Câmara, que, segundo a previsão inicial, já deveria ter avançado em seus trabalhos.

A Folha apurou que o atraso na formação do grupo e a morosidade nas discussões na Câmara causam preocupação no núcleo mais próximo do prefeito. O temor é que a aprovação do projeto não aconteça no segundo semestre mesmo após as eleições.

Leite cobrou publicamente, em maio e junho, os líderes de bancadas no Legislativo para que indicassem nomes para participar do grupo de estudos, mas não foi atendido.

Nas últimas semanas, ele decidiu que então tomaria as rédeas do processo e indicaria a composição desse conselho, que deve ser anunciada em agosto, quando os vereadores voltarem do recesso.

“A Câmara tem que estabelecer aquele grupo de trabalho que ainda não foi criado. Consultaram-me para saber a sugestão de membros. Então falamos no Tribunal de Contas do Município, Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas),





sindicato. Os debates podem ajudar o Executivo em sua proposta e os vereadores no debate. Montando o grupo na volta do recesso estaremos bem encaminhados para voltarmos a ele no quarto trimestre”, afirma o secretário de Finanças, Caio Megale.

O projeto prevê: 1) aumento da alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14% e a da prefeitura de 22% para 28%; 2) criação de nova previdência pública para servidores que entrarem a partir da aprovação da lei, separada do sistema atual e baseada em capitalização (cada funcionário tem sua própria conta); 3) reestruturação do Instituto de Previdência Municipal.

A gestão tucana tem argumentado que a aprovação da reforma é fundamental para a saúde financeira do município. Segundo cálculos da prefeitura, o déficit da previdência chegará a R\$ 20,8 bilhões em 2025 caso a reforma não seja feita. Em menos de sete anos, afirma, o Orçamento total da administração será tomado por gastos obrigatórios. Em março, Covas afirmou que, caso a reforma não fosse feita, a cidade teria inclusive que aumentar impostos.

Nos últimos meses, na contramão dessa lógica de austeridade, a

Câmara aprovou auxílio-saúde e auxílio-alimentação para seus servidores e também do TCM, que implicarão em custos anuais de cerca de R\$ 54 milhões para a cidade.

Para o vereador Caio Miranda (PSB), relator do projeto, Executivo e Legislativo têm responsabilidade sobre o congelamento do debate.

“Acho que a prefeitura está esperando a reforma da Previdência federal, para evitar o desgaste político, e os vereadores não querem trazer para eles esse furacão em ano eleitoral. Trazer para si um tema que desagrega a relação com o servidor não é bom, e acho legítimo esse temor, já que cada vereador tem sua pauta”, diz.

“Quem tem que protagonizar a discussão é a prefeitura. Acho que não deu certo em março porque a prefeitura, na figura do prefeito [Doria], não dedicou a energia que precisava, deixou muito na mão dos secretários. É um tema difícil”, completa.

Líder do governo na Câmara, o vereador João Jorge (PSDB) afirma que não tem como cravar que o projeto será votado em 2018.

“Os vereadores não estão tendo

postura mais ativa talvez por causa de desconfiança em relação à maneira que foi no começo do ano, que talvez não tenha sido a tramitação mais correta, e algum trauma, por causa das manifestações dos servidores. Talvez seja interessante votar neste ano, talvez seja precipitado. Queremos fazer com calma, debater com o funcionalismo, que vai ter voz no processo”, diz.

Jorge afirma que conversará com Covas para definir um cronograma mais preciso.

“Caso achem interessante que se vote logo, a liderança do PSDB vai ter um papel mais ativo de convocação de participantes para compor o grupo de estudos”, conclui.

Principal figura de oposição à reforma na Câmara, o vereador Cláudio Fonseca (PPS), presidente do sindicato dos professores, diz que ficou definido em assembleia que a categoria retorna à greve no momento em que o projeto voltar a tramitar na Câmara.

“Não sinto disposição no Legislativo em comprar essa briga neste ano. Os candidatos à Presidência, com exceção do





Guilherme Boulos (PSOL), que não sei o que pensa sobre isso, falam da necessidade de fazer a reforma em escala federal. Por que os vereadores vão assumir um problema desse tamanho sendo que ano que vem pode acontecer uma reforma previdenciária nacional, afetando todos os estados e municípios?”, afirma.

Em nota da assessoria de

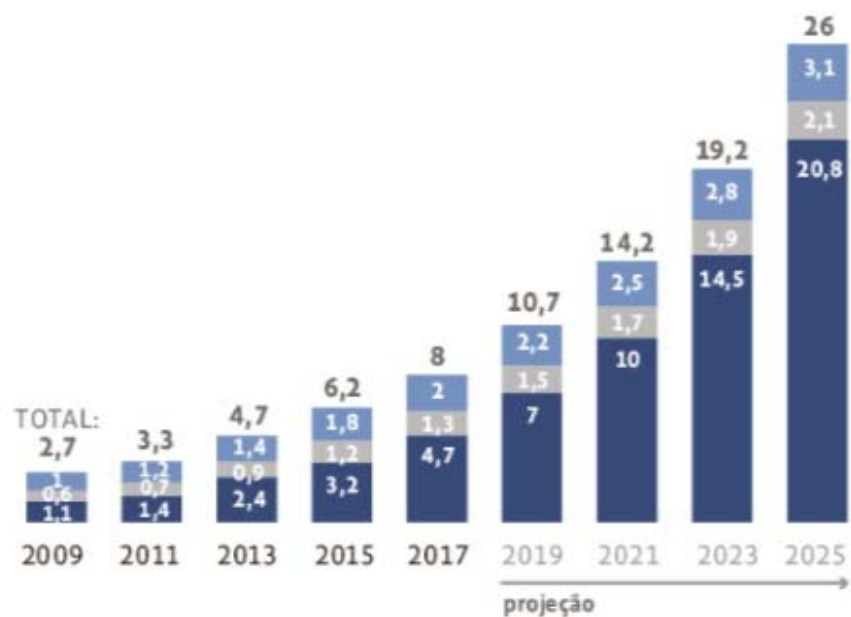
imprensa, a presidência da Câmara diz que a comissão de estudos está quase pronta, basta submetê-la ao colégio de líderes de partidos. Acrescenta que o presidente Milton Leite e os vereadores “têm trabalhado arduamente para concluir a formação da comissão” e que Leite “trabalha para que a reforma seja amplamente discutida durante o segundo semestre e que o projeto de lei seja votado até o final do ano”.

Raio-x da previdência municipal de SP

Sem reforma, gasto para cobrir o déficit pode chegar a quase R\$ 21 bilhões em 2025

Gastos com previdência, em R\$ bilhões

- Contribuição obrigatória da prefeitura (22% do salário do funcionário)
- Contribuição obrigatória dos funcionários (11% do salário)
- Déficit (pago pela prefeitura)

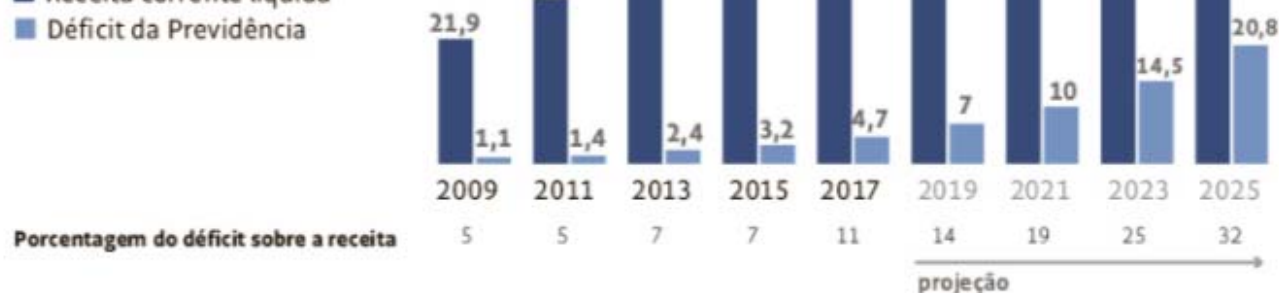




Orçamento, em R\$ bilhões

Previdência representa parcela cada vez maior das receitas

- Receita corrente líquida
- Déficit da Previdência



Recursos tomados

Parcela gasta com custeio tem aumentado

- Gastos em que a prefeitura não pode mexer

Como saúde e educação, subsídios de ônibus, folha de pagamento, previdência e dívida

- Demais gastos

Como zeladoria, habitação, cultura e investimentos

Total
R\$ 15,7 bi



Total
R\$ 37 bi



Fontes: Prefeitura de São Paulo, projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e Ipem (Instituto de Previdência Municipal)

Eduardo Guardia. ministro da Fazenda

‘A ampliação de benefícios tributários é absolutamente inoportuna para o País’

Segundo o ministro, aprovação de pauta-bomba no Congresso vai exigir uma compensação

Adriana Fernandes/BRASÍLIA
Altamiro Silva Júnior
Renata Pedini/SÃO PAULO

Para o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ampliar a concessão de benefícios tributários a setores específicos da economia é "absolutamente inoportuna" para o País e vai exigir medidas compensatórias para fechar as contas. Ele avalia que seria "prudente e adequado" deixar para o próximo presidente a discussão sobre alguns dos projetos que estão tramitando no Congresso e que aumentam gastos ou abrem mão de receitas, uma vez que o impacto fiscal dessas medidas será maior nos próximos anos. A seguir, trechos da entrevista exclusiva concedida, ontem, ao Estadão /Broadcast.

O que o governo fará para barrar a "farra fiscal" do Congresso?

Hoje (ontem) tem uma matéria importante no jornal falando de projetos que podem ter impacto de R\$ 100 bilhões nas contas públicas. Honestamente, não vejo a menor hipótese de ser aprovado um projeto como o da lei Kandir que implica a transferência de R\$ 39 bilhões por ano para os Estados. Isso é absolutamente fora da

realidade fiscal do País. Não existe chance de ser aprovado pelo Congresso (já passou por uma comissão especial sobre o tema). E não tem menor amparo na realidade.

Por quê?

O projeto da Lei Kandir considera uma suposta perda por parte dos Estados e esquece que tivemos um significativo aumento das exportações brasileiras, mas também das importações que é base de incidência do ICMS (um tributo estadual). Como é que você calcula uma perda da exportação sem olhar o que se arrecadou com importação? Não vejo a menor hipótese de 40% dos R\$ 100 bilhões ocorrer.

E as outras pautas-bomba?

A segunda maior pauta é o marco regulatório do transporte de cargas. Tem impacto de R\$ 8,5 bilhões por ano. Já foi aprovado na Câmara e precisamos discutir o tema no Senado. Nosso papel é dialogar e mostrar os efeitos das decisões. E deixar claro que uma decisão dessas será compensada de alguma forma nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como barrar essas pautas?

Em agosto, teremos antes das eleições três semanas de sessões legislativas na Câmara e no

Senado. Não vejo esses temas como prioridades para serem discutidos nesse prazo. Tenho toda a semana reuniões com os presidentes Eunício Oliveira e Rodrigo Maia. E as prioridades são a cessão onerosa (projeto que dá as condições para a revisão do contrato de exploração da pré-sal assinado em 2010 pela União e Petrobrás), o projeto de lei das distribuidoras de energia e o projeto de tributação de fundos fechados para clientes de alta renda. Seria extremamente prudente e adequado deixar para depois das eleições a discussão sobre temas que tenham impacto fiscal dessa magnitude, para que o próximo presidente também tenha a oportunidade de se manifestar.

Por quê?

Isso afeta os próximos anos. Não é possível dar um benefício tributário dessa magnitude sem uma compensação. Aliás, estamos chamando atenção sistematicamente para absoluta urgência e necessidade de uma ampla revisão dos benefícios tributários. Em 2017, foram R\$ 277 bilhões. Precisamos entender exatamente quem está recebendo o benefício. Qual é o retorno para a sociedade e o custo? Ampliar benefícios tributários desta maneira me parece algo absolutamente inoportuno e tenho convicção que o Congresso dará a resposta adequada.

Eduardo Guardia, ministro da Fazenda

‘Situação fiscal é mais grave que a de 2002’

Mas economia, diz Guardia, está melhor que na transição de FHC para Lula, quando o mercado também ficou nervoso

Adriana Fernandes/BRASÍLIA
Altamiro Silva Júnior
Renata Pedini/ SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, diz que apesar de a economia brasileira estar melhor hoje do que em 2002, na transição de Fernando Henrique Cardoso para Lula, as contas públicas estão numa situação pior. "Essa é uma questão central e urgente para ser resolvida na economia brasileira", afirma. Ele vem se encontrando com os coordenadores econômicos dos pré-candidatos à Presidência para situá-los sobre a realidade fiscal do País.

Com tantos projetos que aumentam os gastos públicos sendo aprovados no Congresso, o sr. acredita que o governo Temer conseguira cumprir a meta fiscal de 2018?

Não temos nenhuma dúvida com relação ao cumprimento da meta fiscal. O ano de 2018 está equacionado. Tudo que estamos olhando hoje e trabalhando fortemente é para melhorar a situação fiscal a partir de 2019. O que temos de assegurar são as condições daqui para a frente. Aí,

volta a questão da agenda de reformas que é fundamental. Eu tenho certeza que o Congresso vai ter oportunidade de avançar.

O sr. tem se reunido com coordenadores econômicos dos pré-candidatos. Qual o alinhamento deles com a questão fiscal?

Eu e Ilan Goldfajn (presidente do Banco Central) estamos fazendo uma série de conversas. Nos colocamos à disposição dos economistas que estão assessorando os candidatos para poder explicar e tratar sobre qualquer um dos temas relacionados a questões da economia, do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Evidentemente, estamos trabalhando só com informações públicas com os economistas dos candidatos. Temos uma contribuição a dar na transição. Podemos contribuir dando a nossa visão sobre o que está acontecendo na economia brasileira, quais são as prioridades e o que precisa ser feito.

Qual sua percepção dessas conversas?

O que eu tenho sentido é que existe uma percepção muito clara sobre a gravidade do problema fiscal e a absoluta necessidade de se endereçar esse problema com a

agenda de reformas que está em curso.

Em que medida a transição atual se assemelha à de 2002. O momento é mais crítico agora ou naquela época?

Naquela época era mais difícil. Em 2002, tivemos um problema externo bastante grave com um nível de reservas muito baixo. Outra diferença fundamental é que hoje temos uma inflação muito baixa e taxa de juros também no menor patamar. Isso nos dá muito mais flexibilidade e tranquilidade para atravessar período de maior volatilidade e de incerteza, que é natural no momento de transição política. É verdade que hoje a situação fiscal é muito mais grave porque naquele momento tínhamos superávit e temos agora um déficit primário. Essa é uma questão central e urgente para ser resolvida na economia.

E as incertezas políticas?

A minha percepção é que cada vez mais os agentes econômicos vão perceber que existe um compromisso dos principais candidatos com a continuidade do processo de reformas. Isso é fundamental. O que falta para o Brasil é continuar avançando na agenda de reformas, da Previdência, a tributária, a abertura comercial.



O crescimento da economia está mais lento. O governo vai rever a projeção de PIB de 2018 e 2019?

Entramos no ano com a expectativa de PIB de crescimento de 3%. Nós e o mercado inteiro. Essa expectativa foi sendo revista ao longo do tempo. Hoje, a média de expectativa dos mercados é levemente superior a 1,5% em 2018. Vamos anunciar na semana que vem a nossa revisão da programação orçamentária financeira e trabalharemos com números de crescimento do PIB já realizados, que será de 1,6%. Não esperamos nenhuma variação relevante na estimativa de receita. Nossa arrecadação continua acima da previsão original.

Em relação à pauta-bomba do Congresso, o Senado aprovou nesta semana um decreto suspendendo a redução dos benefícios fiscais para a indústria de refrigerantes e

outras medidas. Qual será a reação do governo?

Não temos nenhuma dúvida com relação à legalidade do que foi feito. Mas o que é relevante é que existe sim questionamento no Congresso em relação ao mérito dessa medida. É muito claro que qualquer medida que for adotada vamos ter que substituir por alguma outra medida que tenha o mesmo alcance o mesmo efeito do ponto de vista financeiro. É isso que determina a lei e é isso que nós vamos fazer. Os problemas vão aparecendo, nós vamos buscando solução.

O Congresso também está pronto para aprovar proposta que permite a criação de mais 300 municípios.

É algo evidentemente que temos preocupação porque é projeto que pode ter impacto de aumentar as despesas. Por isso, precisamos discutir esse tema com mais cuidado.

Decisão judicial leva BNDES a suspender leilão de distribuidoras

Com a liminar dada pela Justiça Federal do Rio, ontem, BNDES cancelou licitação marcada para o dia 26; AGU vai recorrer

Anne Warth
Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

Marcado para o dia 26 de julho, o leilão das distribuidoras da Eletrobrás foi suspenso após a Justiça Federal do Rio de Janeiro atender a um pedido dos empregados da estatal. A decisão citou liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que proibiu a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer.

Mas, por prudência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu adiar o leilão e não marcou nova data. A liminar foi dada em uma ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás. No despacho, a juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro citou que a decisão se justificava pela proximidade da licitação, particularmente da data em que as empresas deveriam entregar a

documentação necessária para participar da disputa, uma semana antes da licitação, no dia 19 de julho.

"Entendo que, não havendo autorização legislativa para a transferência do controle acionário das ações das distribuidoras abrangidas pelo Edital n.º 2/2018-PPI/PND, e configurado o perigo na demora da prestação jurisdicional, a medida deve ser deferida", afirmou. Com a decisão, o BNDES suspendeu o edital do leilão e não marcou nova data para a licitação. "Os órgãos competentes estão avaliando os recursos cabíveis contra a mencionada decisão, e, tão logo haja a autorização legal para continuidade do processo, será divulgado novo cronograma", informou a Comissão Especial de Licitação.

Liminares. Com a proximidade do leilão, o governo já esperava enfrentar uma batalha de liminares na Justiça, principalmente de trabalhadores. Mas a liminar de Lewandowski, concedida no mês passado, contribuiu para atrapalhar o processo, já naturalmente conturbado, ainda que haja cinco leis diferentes que autorizam a venda dessas distribuidoras. Outro problema que poderia afastar investidores era o projeto de lei que resolvia pendências das distribuidoras da Eletrobrás, que

foi aprovado pela Câmara na terça-feira, mas não pelo Senado.

Na quarta-feira, último dia de votações antes do recesso parlamentar, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), não pautou o projeto, fundamental para viabilizar a venda das distribuidoras do Amazonas e de Roraima. Uma liminar concedida por Lewandowski já havia excluído a Ceal do leilão por uma disputa financeira entre o governo de Alagoas e a União. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu essas dificuldades e admitiu que o governo trabalhava com a possibilidade de leiloar apenas três distribuidoras no dia 26 de julho – as que atuam no Acre, Rondônia e Piauí.

Para evitar risco jurídico, a ideia era realizar uma segunda etapa do leilão no segundo semestre, após a aprovação do projeto de lei no Senado em agosto e a derrubada da liminar do STF, com as distribuidoras do Amazonas, Roraima e Alagoas. Apesar dos apelos do governo, Eunício ignorou o pedido e se recusou a pautar os projetos de lei das distribuidoras e da cessão onerosa. / COLABORARAM DENISE LUNA, JULIA LINDNER E TANIA MONTEIRO